



CÓD: SL-072AB-22
7908433220114

PC-MG

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

500 Questões Gabaritadas

QUESTÕES GABARITADAS

LÍNGUA PORTUGUESA

1.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)
 Texto 2:

“A linguagem, sendo uma elaboração cultural que se fundamenta na faculdade humana de imaginar, de simbolizar e de comunicar experiências vividas, torna o indivíduo capaz de atuar no mundo pela palavra e de elaborar e atuar também sobre a linguagem.

Nesse sentido, a língua realiza atividades estruturantes, indeterminadas do ponto de vista semântico e sintático. As significações e os sentidos textuais e discursivos não podem estar aprisionados no interior dos textos, pelas estruturas linguísticas.

A compreensão de textos é uma atividade criativa, e não simplesmente reativa; não é uma questão de reagir, mas de agir sobre os objetos da cultura. Trata-se de uma atividade dialógica de seleção, reordenação e reconstrução de sentidos. Pois a língua não é totalmente transparente, podendo também ser ambígua ou polissêmica.”(p.50).

Fonte: COLARES, Virgínia. Retextualização do depoimento

judicial oral em texto escrito. Veredas - Rev. Est. Ling., Juiz de Fora, v. 9, n. 1 e n. 2, p. 29-54, jan./dez. 2005.

O verbo está diretamente relacionado com a existência e com a ação do homem no mundo. Portanto, é a base da linguagem verbal.

No Texto 2, há o predomínio do uso de verbos no tempo:

- (A) Futuro do Subjuntivo, pois indica a possibilidade de realização no futuro próximo.
- (B) Presente do Indicativo, pois a autora argumenta em favor de uma verdade universal.
- (C) Presente do Subjuntivo, porque discute sobre uma situação presente, mas duvidosa.
- (D) Pretérito Imperfeito do Indicativo, porque o texto se refere a um fato presente em relação a outro fato passado.

2.(FUMARC - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC MG)/2014)

Sobre o emprego dos Pronomes de Tratamento, a construção INCORRETA é:

- (A) Vossa Eminência dirigiu-se ao altar da Capela.
- (B) Vossa Excelência encaminhará seu parecer pela manhã.
- (C) Vossa Magnificência proferiu seu discurso no auditório principal.
- (D) Vossa Senhoria estais indignado com o desrespeito demonstrado pelos requerentes.

3.(FUMARC - Investigador de Polícia (PC MG)/2014)

O Pronome de Tratamento adequado às comunicações encaminhadas a Juiz de Direito é

- (A) Ilustríssimo Senhor.
- (B) Meritíssimo Juiz.
- (C) Vossa Excelência.
- (D) Vossa Senhoria.

4.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013 (E MAIS 23 CONCURSOS)

Quanto à concordância com o pronome de tratamento, a estrutura CORRETA é:

- (A) Informo a V. Sa. que vosso prazo está expirado.
- (B) Requeiro a V. Exa. o seu parecer consubstanciado.
- (C) Solicito a V. Exa. que manifesteis sobre a sentença.
- (D) Encaminho o ofício a V. Sa. e aguardo vossas sugestões.

5.(FUMARC - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC MG)/2014)

O uso do Pronome Demonstrativo “esse” na frase: “Bagagem cultural nunca é demais.

E, n esse caso, você nem paga o excesso.” se justifica por

- (A) referir-se a algo já citado no texto.
- (B) indicar algo a ser explicitado a seguir.
- (C) demonstrar noção espacial.
- (D) mencionar tempo futuro.

6.(FUMARC - MÉDICO LEGISTA (PC MG)/2013)

INSTRUÇÃO: A questão está baseada no texto a seguir. Leia-o com atenção.

“Leis penais e instituições são sempre propostas, discutidas, legisladas e operadas por meio de códigos culturais definidos. Elas são estruturadas em linguagens, discursos e num sistema de signos que corporificam significados culturais específicos, distinções e sentimentos que devem ser interpretados e entendidos quando se quer tornar inteligível o sentido social e aquilo que motiva a punição. Dessa forma, mesmo que alguém queira discutir que interesses econômicos e políticos formam a base determinante das políticas penais, esses ‘interesses’ devem, necessariamente, operar por meio das leis, linguagens institucionais e categorias penais que estruturam e organizam as ações penais.” (GARLAND apud SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos César. A contribuição de David Garland: a sociologia da punição. Tempo soc. [online]. 2006, v. 18, n. 1, p. 329).

O pronome pode ser empregado com função substantiva ou com função adjetiva.

Sobre os usos de alguns pronomes no texto NÃO está correto o que se afirma em

- (A) Esses – pronome adjetivo.
- (B) Alguém - pronome adjetivo.
- (C) Elas – pronome substantivo.
- (D) Aquilo – pronome substantivo.

7.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Texto 4:

[...] “A Lei Maria da Penha está em harmonia com a nossa Carta Magna, tendo em vista que foi criada a partir de uma conceituação de violência de gênero ratificada pela Organização Mundial das Nações Unidas. Ressalte-se que a igualdade existente no texto constitucional não é formal, mas substancial, ou seja, exige esse reconhecimento da perspectiva de gênero. **Não se pode aceitar que a igualdade seja apenas formal, mas sim, efetiva e indispensável**”. [...]

Fonte: BRAGA, Sérgio Murilo. Maria da Penha: 12 anos da Lei. Viver Brasil, ed. 213, p. 26, set. 2018.

O conhecimento sobre a classificação das orações de um período composto pode ampliar o panorama de compreensão das redes argumentativas propostas nos textos, sejam profissionais ou não.

Analise o período: “Não se pode aceitar que a igualdade seja apenas formal, mas sim, efetiva e indispensável”.

Sobre o papel da conjunção “mas” no período acima, é CORRETO afirmar.

- (A) Imprime uma relação de proporcionalidade ao início do texto.
- (B) Conclui articulando causa e consequência.
- (C) Compara a relação temporal da Lei Maria da Penha.
- (D) Acrescenta uma argumentação contrária em relação à primeira oração.

8.(FUMARC - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC MG)/2014)

“O preconceito, muitas vezes, é tão velado que não é percebido nem pelas vítimas!”

A relação entre as orações do período acima é de

- (A) Causa e consequência.
- (B) Comparação e condição.
- (C) Conclusão e fim.
- (D) Oposição e concessão.

9.(FUMARC - PERITO CRIMINAL (PC MG)/2013)
TEXTO 1

Redução da maioria penal: O elo perdido

Robson Sávio Reis Souza

Todas as vezes que ocorre um crime a provocar grande comoção nacional, parte da sociedade brasileira – capitaneada por um discurso minimalista e conservador, com repercussão imediata na grande mídia – clama por leis draconianas como lenitivo para diminuir a criminalidade violenta. Foi assim com a “criação” da lei de crimes hediondos, por exemplo. O resultado desse tipo de medida repressiva e pontual – objetivando o adensamento do estado penal – não apresenta resultado efetivo em termos de diminuição dos crimes.

É admissível e compreensível que, diante de um crime bárbaro, os parentes da vítima desejem vingança. Sob o ponto de vista privado, essa é uma prerrogativa do indivíduo; dos que sofrem a violência desproporcional de qualquer forma e estão sob o impacto dela. Porém, o Estado não tem essa prerrogativa. Considerando-se que o indivíduo pode, intimamente, desejar vingança (haja vista nossa cultura judaico-cristã, que valoriza os atos sacrificiais), o Estado – mantenedor das conquistas do processo civilizatório, cuja base está na garantia dos direitos humanos – não pode ser vingativo e passional em seus atos.

DIREITOS HUMANOS

1.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

A formação do Estado Moderno está intimamente relacionada à intolerância religiosa, cultural, à negação da diversidade fora de determinados padrões e de determinados limites. Como a proteção dos direitos humanos está diretamente relacionada à atuação do poder dos Estados na ordem interna ou internacional, podemos concluir que:

I. Ao lado do ideário iluminista da formação política do Estado, o discurso judaico-cristão criou o pano de fundo para controlar as esferas da vida das pessoas no campo jurídico.

II. A uniformização de valores, normalmente estandardizados, como a democracia representativa, a ética e a moral, irá refletir nos fundamentos do direito moderno.

III. O sistema jurídico e político europeu é o modelo civilizatório ideal e universal, visto ter surgido da falência do sistema feudal, que era descentralizado, multiético e multilinguístico.

IV. O mundo uniforme e global de hoje insere-se no contexto de afirmação do Estado nacional que está condicionado, em sua existência, à intolerância com o diferente.

Estão CORRETAS apenas as assertivas:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

2.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

A verdadeira consolidação do Direito Internacional dos Direitos Humanos surge em meados do século XX, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, por isso o moderno Direito Internacional dos Direitos Humanos é um fenômeno do pós-guerra. Dentre as proposições abaixo, assinale a que não corrobora com o enunciado acima:

- (A) O desenvolvimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos pode ser atribuído às monstruosas violações de direitos humanos da era Hitler e, após, à crença de que somente uma guerra poderia por fim a essas violações no âmbito internacional para garantir internamente em cada Estado nacional a dignidade da pessoa humana.
- (B) A internacionalização dos direitos humanos constitui um movimento extremamente recente da história, surgido a partir do pós-guerra, como proposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. Se a Segunda Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o pós-guerra deveria significar sua reconstrução.

(C) No momento em que os seres humanos se tornam supérfluos e descartáveis, no momento em que vige a lógica de destruição, em que cruelmente se abole o valor da pessoa humana, torna-se necessária a reconstrução dos direitos humanos como paradigma ético capaz de restaurar a lógica do razoável.

(D) A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana, como valor fonte do direito. Essa ruptura fez emergir a necessidade da reconstrução dos direitos humanos como referencial e paradigma ético que aproxime o direito da moral.

3.(FUMARC - OFICIAL BOMBEIRO MILITAR (CBM MG)/CADETE/2014/QO-BM 2014)

Considerando a distinção entre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais, assinale o documento que representa a inauguração dos Direitos Humanos no cenário mundial:

- (A) Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.
- (B) Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.
- (C) Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969.
- (D) Constituição de Weimar de 1919.

4.(FUMARC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJM MG)/BIBLIOTECÁRIO/2013 (E MAIS 6 CONCURSOS))

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi aprovada em 1948 na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento é a base da luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão do planeta. No que respeita à liberdade de opinião e expressão, dispõe o art. XIX da DUDH que: "Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão" e, ainda, que este direito inclui a liberdade de,

- (A) observado o controle soberano do Estado, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, vedado o anonimato.
- (B) respeitada a soberania de cada fronteira, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios.
- (C) sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios nos limites das fronteiras de cada país.
- (D) sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

5.(FUMARC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJM MG)/BIBLIOTECÁRIO/2013 (E MAIS 5 CONCURSOS)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 constitui um marco na afirmação internacional de direitos essenciais à proteção da dignidade humana e pode ser compreendida como uma reação histórica aos horrores vivenciados na Segunda Guerra Mundial.

Dentre as previsões da mencionada declaração, NÃO se encontra proclamado o seguinte direito:

- (A) Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques, toda a pessoa tem direito à proteção da lei.
- (B) Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião. Este direito implica a liberdade de mudar de religião ou de convicção, assim como a liberdade de manifestar a religião ou convicção, sozinho ou em comum, tanto em público como em privado, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pelos ritos.
- (C) Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar de asilo em outros países. Este direito pode ser invocado, inclusive, no caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum.
- (D) Toda pessoa tem direito ao repouso e ao lazer, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e às férias periódicas remuneradas.

6.(FUMARC - OFICIAL JUDICIÁRIO (TJM MG)/OFICIAL JUDICIÁRIO/2013 (E MAIS 3 CONCURSOS)

“Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição”.

- O documento de que trata a conceituação acima é a
- (A) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - (B) Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
 - (C) Constituição da República Federativa do Brasil (Preâmbulo).
 - (D) Convenção Interamericana de Direitos Humanos de São José da Costa Rica.

7.(FUMARC - OFICIAL JUDICIÁRIO (TJM MG)/OFICIAL JUDICIÁRIO/2013)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, adotada e proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU em 10/12/1948 e assinada pelo Brasil na mesma data, representou o repúdio direto das ideologias que tinham por princípio “o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem”. Segundo esse documento, “toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”, entretanto, prevê também que esse direito não pode ser invocado em caso de

- (A) crimes contra a humanidade.
- (B) condenação legitimamente proferida por crimes contra a segurança nacional de qualquer Nação.
- (C) sentença transitada em julgado por crimes de responsabilidade proferida pela mais alta corte do país.
- (D) perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

8.(FUMARC - SOLDADO (CBM MG)/COMBATENTE/2013/QP-BM 2014 (E MAIS 1 CONCURSO)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 foi de extrema importância para a afirmação e o reconhecimento dos Direitos Humanos. Sobre esse documento, é INCORRETO afirmar que

- (A) foi aprovado pela Assembleia Geral da ONU e pretendeu ser um documento verdadeiramente universal.
- (B) estabeleceu que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sendo dotados de razão e consciência e devendo agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.
- (C) apesar de estabelecer que a vontade do povo será a base da autoridade do governo e de afirmar que esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto, não reconheceu às mulheres o direito de participação na vida política dos Estados- Membros.
- (D) proibiu a tortura, o tratamento ou o castigo cruel, desumano ou degradante.

9.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948, objetiva delinear uma ordem pública mundial fundada no respeito à dignidade da pessoa humana. Leia e analise as assertivas abaixo:

- I. A Declaração compreende um conjunto de direitos e faculdades sem as quais um ser humano não pode desenvolver sua personalidade física, moral e intelectual.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

Em relação à interação do direito administrativo, com os demais ramos de direito, analise as afirmativas a seguir:

I. O direito administrativo é que dá mobilidade ao direito constitucional.

II. O direito administrativo tem vínculo com o direito processual civil e penal.

III. As normas de arrecadação de tributos podem ser tidas como de direito administrativo.

IV. A teoria civilista dos atos e negócios jurídicos têm aplicação supletiva aos atos e contratos administrativos.

Marque a alternativa correta .

- (A) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- (C) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

2.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

Sobre os poderes e funções do Estado, analise as seguintes afirmativas:

I. É possível que uma função típica atribuída a qualquer dos poderes de Estado seja convertida em atípica, e vice versa, por força de lei.

II. Há exclusividade no exercício de cada função pelos Poderes de Estado.

III. As linhas definidoras da competência têm caráter legal e apolítico.

Marque a alternativa correta .

- (A) as afirmativas I, II e III estão incorretas.
- (B) apenas as afirmativas II e III estão incorretas.
- (C) apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- (D) apenas as afirmativas I e II estão incorretas

3.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Sobre os princípios da Administração Pública, é CORRETO afirmar que:

(A) a efetivação de pagamento de precatório em desobediência à ordem cronológica traduz violação ao princípio da impessoalidade, à luz do qual é vedada a atuação administrativa dissociada da moral, dos princípios éticos, da boa-fé e da lealdade.

(B) em consonância com o princípio da legalidade, estatuído no artigo 37, caput, da CR/88, a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.

(C) não são oponíveis às Sociedades de Economia Mista, haja vista que essas sociedades são regidas pelo regime de direito privado.

(D) o princípio da supremacia do interesse público não se radica em dispositivo específico da CR/88, ainda que inúmeros aludem ou impliquem manifestações concretas dele

4.(FUMARC - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC MG)/2014)

O Chefe da Polícia Civil, por razões estritamente pessoais, com o objetivo de prejudicar determinado Perito Criminal, determina sua remoção ex officio, da Capital para localidade bem distante.

Diante da situação apresentada, é CORRETO afirmar que o ato administrativo praticado é

- (A) ilícito, porque ofende o princípio da impessoalidade.
- (B) lícito, porque atende o interesse da Administração Policial.
- (C) lícito, porque o servidor policial está sujeito a ser lotado em qualquer Unidade do Estado.
- (D) lícito, porque originário de Autoridade Administrativa competente.

5.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

Considerando que a Administração Pública está diretamente vinculada ao “princípio da reserva legal”, é VÁLIDO afirmar que

- (A) os atos administrativos não podem ser anulados, em qualquer hipótese, senão mediante lei própria especificando seu objeto.
- (B) os atos administrativos são nulos de pleno direito, não gerando qualquer efeito, sempre que a autoridade administrativa assim entender.
- (C) os atos administrativos são viciados e sujeitos ao desfazimento, em nome do interesse público, quando praticados segundo a vontade do próprio agente público.
- (D) os atos administrativos podem ser anulados, a todo e qualquer momento, independentemente do interesse público, quando praticados, segundo determinação da autoridade competente.

6.(FUMARC - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC MG)/2014)

O elemento que funciona, atualmente, como poderoso limite à discricionariedade administrativa é o princípio

- (A) da inafastabilidade da jurisdição.
- (B) da unidade de jurisdição.
- (C) da razoabilidade.
- (D) do duplo grau de jurisdição.

7.(FUMARC - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC MG)/2014)

Um administrador público, tendo recebido móveis novos para sua Unidade, doou, por conta própria, o mobiliário antigo, ainda em bom estado de conservação, para uma instituição de caridade.

É CORRETO afirmar que o princípio da Administração transgredido pelo dirigente foi o da

- (A) eficiência.
- (B) hierarquia.
- (C) indisponibilidade.
- (D) razoabilidade.

8.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/DIREITO/2013)

Considere as seguintes afirmativas sobre o ato administrativo:

- I. A finalidade do ato administrativo é definida como seu fim imediato ou seu resultado prático.
- II. Competência, finalidade e forma são elementos vinculados ao ato administrativo.
- III. A justificativa para a emissão da vontade expressamente indicada no ato administrativo é o que se denomina motivo.

É CORRETO afirmar que

- (A) apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (B) apenas a afirmativa II é verdadeira.
- (C) apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (D) as afirmativas I, II e III são verdadeiras.

9.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)
Sobre a extinção dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar que

- (A) a anulação promovida pela própria Administração decorre do exercício de sua prerrogativa de autotutela.
- (B) a revogação é forma de extinção do ato administrativo válido, de caráter vinculado ou discricionário.
- (C) a validade ou não do ato de revogação é passível de exame pelo Poder Judiciário.
- (D) incabível a revogação dos atos cujos efeitos produzidos já restaram consolidados.

10.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

O poder de polícia, a cargo da Administração Pública, é exercido pela polícia administrativa e pela polícia judiciária, cujas funções distinguem-se através da atuação de cada uma delas, conforme se segue:

I. a polícia administrativa atua por meio de agentes credenciados por diversos órgãos públicos, procurando impedir a prática de atos lesivos por infração a regras do Direito Administrativo.

II. a polícia judiciária tem por finalidade exclusiva a colaboração com outros órgãos, realizando sua missão independentemente dos desdobramentos futuros.

III. a polícia administrativa funciona como suporte ao poder judiciário e sua atividade deve ser entendida como meio subsidiário ao aparelhamento judicial com a finalidade de repressão ao crime.

IV. a polícia judiciária tem por finalidade zelar pela boa conduta dos indivíduos em face das leis, ocupando-se, portanto, do comportamento anti-social dos mesmos.

Diante do que foi exposto, marque a alternativa correta.

- (A) está correta apenas a afirmativa I.
- (B) está correta apenas a afirmativa IV.
- (C) estão corretas apenas as afirmativas II e IV.
- (D) estão corretas apenas as afirmativas I e III.

11.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Correlacione as duas colunas, vinculando cada situação ao respectivo poder administrativo.

(1) Revogação de ato administrativo	() Poder disciplinar
(2) Interdição de estabelecimento comercial pela vigilância sanitária	() Poder regulamentar
(3) Aplicação de penalidade administrativa a servidor	() Poder discricionário
(4) Edição de decretos	() Poder de polícia

A sequência numérica CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) 1, 2, 4, 3
- (B) 3, 1, 4, 2
- (C) 3, 4, 1, 2
- (D) 4, 3, 2, 1

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013)

As organizações são grupos sociais deliberadamente orientados para a realização de

- (A) lucros.
- (B) saldos.
- (C) objetivos.
- (D) rentabilidade.

2.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013)

Tomar decisões é a essência do trabalho do administrador.

São papéis gerenciais que envolvem a tomada de decisão, EXCETO ser

- (A) treinador.
- (B) negociador.
- (C) empreendedor.
- (D) administrador de recursos.

3.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013)

Analise as afirmativas abaixo quanto ao tema “departamentalização”, classificando-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

I. () As organizações são grupos sociais deliberadamente orientados para a realização de objetivos.

II. () Uma organização é o resultado da união de diversos recursos, dentre eles os recursos humanos.

III. () Uma ONG não pode ser considerada uma organização, pois seu objetivo central não é a geração de lucro financeiro.

IV. () Cada processo em uma organização é independente dos demais processos existentes.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) V; V; F; V.
- (B) V; V; F; F.
- (C) F; F; V; F.
- (D) V; F; V; F.

4.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013)

_____ é o processo de produzir e usar informações para tomar decisões sobre a execução de atividades e sobre os objetivos.

Segundo a teoria organizacional, o termo que completa o texto, tornando-o CORRETO é

- (A) Razão.
- (B) Balanço.
- (C) Controle.
- (D) Atividade.

5.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013)

O primeiro passo de um processo de planejamento é a _____ dos objetivos da organização.

O termo que preenche CORRETAMENTE a lacuna acima é

- (A) solução.
- (B) seleção.
- (C) discussão.
- (D) colocação.

6.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013)

O administrador deve se certificar de que os atos dos membros da organização levam-na, de fato, em direção aos objetivos estabelecidos.

A afirmativa é um conceito da função administrativa de

- (A) controle.
- (B) liderança.
- (C) organização.
- (D) planejamento.

7.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013)

I. Várias formas de planejamento das ações e de controle do desempenho podem ser encontradas em todos os níveis hierárquicos.

II. No caso do planejamento das ações, temos o planejamento estratégico e orçamento de capital na cúpula estratégica e nos níveis mais elevados da linha intermediária; as técnicas de programação em PERT ou CPM nos níveis intermediários; e a programação de produção no nível do núcleo operacional.

É CORRETO afirmar que

- (A) I e II são verdadeiras e II complementa I.
- (B) somente II é verdadeira.
- (C) somente I é verdadeira.
- (D) I e II são verdadeiras, mas II não complementa I.

8.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013)

O processo de dispor qualquer conjunto de recursos em uma estrutura que facilite a realização de planos é o conceito de

- (A) controle.
- (B) avaliação.
- (C) organização.
- (D) planejamento.

9.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013)

Produtividade em uma organização pode ser definida como

- (A) uma apuração simples da habilidade da mão de obra.
- (B) a relação entre os recursos utilizados e os resultados obtidos.
- (C) uma atividade que consome recursos, mas não agrega valor ao produto ou serviço.
- (D) a resultante da diferença entre a quantidade de matéria-prima e a racionalização organizacional.

10.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013)

O princípio da eficiência é o resultante da relação entre

- (A) economia e gestão.
- (B) esforço e resultado.
- (C) tarefas e atividades.
- (D) desperdício e recuperação.

11.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013)

A eficácia do texto é resultado da habilidade do emissor em

- (A) separar dados de informações.
- (B) utilizar a informática de forma racional.
- (C) produzir uma comunicação que alcance seu objetivo.
- (D) traduzir corretamente os recursos do manual administrativo.

12.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013)

É uma técnica, a partir da experiência da Toyota, que se disseminou por outras empresas japonesas, originando um conjunto de soluções que se tornou conhecido como “o modelo japonês de administração”.

No tema qualidade, este conceito diz respeito a

- (A) Produção Enxuta.
- (B) Árvore de Decisão.
- (C) Diagrama de Pareto.
- (D) Administração por Objetivos.

13.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013)

“O operário que faz todos os dias a mesma peça e o chefe que trata constantemente dos mesmos negócios adquirem mais habilidade, mais segurança e mais precisão e, conseqüentemente, aumentam seu rendimento. Cada mudança de ocupação ou de tarefas implica um esforço de adaptação que diminui a produção”.

Sobre o texto acima, é correto afirmar:

- (A) Define com clareza a descentralização e sua prática.
- (B) Refere-se a um conceito de especialização relacionado à teoria sistêmica.
- (C) Trata-se de um texto relacionado à divisão do trabalho baseada em Fayol.
- (D) Diz respeito à teoria de utilização prática de poderes advinda da psicologia organizacional.

14.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013)

De acordo com McGregor, analise as afirmativas.

I. A teoria X trata de uma visão tradicional da motivação, afirmando que o trabalho é desagradável para os empregados, que devem ser motivados através da força, de dinheiro ou de elogios.

EM OPOSIÇÃO À

II. teoria Y, que supõe que as pessoas são inerentemente motivadas a trabalhar e a realizar um bom serviço.

É CORRETO afirmar que

- (A) apenas I é verdadeira.
- (B) apenas II é verdadeira.
- (C) I e II são verdadeiras e II complementa I.
- (D) I e II são verdadeiras e II não complementa I.

DIREITO CIVIL

1.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Amanda tem 15 anos de idade. Mateus, por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática pessoal dos atos da vida civil. Tício é excepcional, sem desenvolvimento mental completo.

De acordo com o Código Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera(m)-se absolutamente incapaz(es) de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil:

- (A) Amanda e Mateus.
- (B) Amanda.
- (C) Mateus e Tício.
- (D) Mateus.

2.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

A capacidade jurídica envolve a aptidão para adquirir direitos e assumir deveres pessoalmente. Mais especificamente, significa que as mais diversas relações jurídicas (celebrar contratos, casar, adquirir bens, postular perante o Poder Judiciário...) podem ser realizadas pessoalmente pelas pessoas plenamente capazes ou por intermédio de terceiros (o representante ou assistente) pelos incapazes (citado por Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald).

Sobre a capacidade jurídica para os atos jurídicos, é CORRETO afirmar:

- (A) A menoridade cessa aos vinte e um anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- (B) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.
- (C) Cessará, para os menores, pela colação de grau em curso técnico profissionalizante devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura.
- (D) Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com quatorze anos completos tenha economia própria.

3.(FUMARC - ADVOGADO (CM CONCEIÇÃO DO MD)/2016)

Acerca da incapacidade civil absoluta, é possível afirmar que são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- (A) apenas os menores de 16 (dezesseis) anos.
- (B) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

(D) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

4.(FUMARC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ MG)/RE-MOÇÃO/2012)

Considerando o Código Civil Brasileiro, são incapazes relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer,

- (A) os pródigos; os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos; os viciados em tóxicos; os ébrios habituais.
- (B) os ébrios habituais; os viciados em tóxicos; os maiores de dezesseis e menores que vinte e um anos; o índio.
- (C) os pródigos; o índio; os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo; os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
- (D) os excepcionais, com desenvolvimento mental completo; os pródigos; os ébrios habituais; os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

5.(FUMARC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ MG)/PROVIMENTO/2012)

Considerando o Código Civil Brasileiro, serão registrados em registro público

- (A) os nascimentos e a sentença declaratória de ausência.
- (B) os casamentos e as sentenças que decretarem o divórcio.
- (C) as sentenças que decretarem a anulação do casamento e os nascimentos.
- (D) os atos judiciais que reconhecerem a filiação e a sentença declaratória de ausência.

6.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

A personalidade civil de uma pessoa tem início

- (A) quando da concepção.
- (B) quando do nascimento com vida.
- (C) quando atingida a maioridade.
- (D) quando da emancipação.

7.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

A capacidade do indivíduo, no Direito Civil, é dividida em

- (A) capacidade relativa, para maiores de 16 e menores de 18 anos, e capacidade plena, para maiores de 18 anos.
- (B) capacidade relativa, capacidade plena ou absoluta, incapacidade absoluta.
- (C) incapacidade relativa, capacidade absoluta e capacidade excepcional.
- (D) capacidade relativa, para maiores de 18 anos, e capacidade plena para maiores de 21 anos.

8.(FUMARC - ADVOGADO DO PROCON (CM STA LUZIA)/2017)

Acerca do uso do nome ou da imagem da pessoa por terceiros, é CORRETO afirmar:

- (A) A possibilidade de proteção ao nome e à imagem se extingue com a morte de seu titular.
- (B) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, se houver intenção difamatória.
- (C) O pseudônimo não goza de proteção no âmbito dos direitos de personalidade.
- (D) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

9.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/DIREITO/2013)

Com relação à morte presumida, as afirmativas são verdadeiras, EXCETO:

- (A) A sentença que decretar a morte presumida deve fixar a data provável do falecimento.
- (B) Será decretada a morte presumida quando for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (C) Será decretada a morte presumida após a decretação da ausência, desde que tenha ocorrido a abertura da sucessão provisória.
- (D) Será decretada a morte presumida se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

10.(FUMARC - ANALISTA JUDICIÁRIO (TJM MG)/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2013)

Benjamin da Silva Xavier, soldado brasileiro das Forças Armadas do Brasil, embarcou para uma operação militar na região de fronteira Amazônica. Decorridos dois anos do término dos confrontos na área, esgotadas todas as possibilidades de busca, Benjamin não foi encontrado.

Nesse caso, de acordo com a vigente lei civil, poderá ser

- (A) declarada a ausência de Benjamin, com simultânea nomeação de curador.
- (B) declarada a morte presumida de Benjamin, sem prévia decretação de ausência.
- (C) decretada a ausência de Benjamin para, posteriormente, ser declarada a presunção de sua morte.
- (D) decretada a ausência de Benjamin e, passados dez anos sem que dele se tenha notícias, ser declarada sua morte presumida.

11.(FUMARC - TÉCNICO JUDICIÁRIO (TJ MG)/TÉCNICO JUDICIÁRIO/2012)

Em se tratando dos bens do ausente, relativamente à sucessão provisória, apenas uma alternativa é correta. Assinale-a:

- (A) O excluído da posse provisória, em razão de não ter possibilidade de prestar caução ou garantias para assegurar a si o exercício da posse do quinhão que lhe tocaria por sucessão do ausente, poderá, justificando falta dos respectivos meios, requerer seja-lhe entregue a terça parte dos respectivos rendimentos desse quinhão.
- (B) Se o ausente retornar, e ficar provado que a sua ausência foi voluntária e injustificada, perderá ele, em favor do sucessor que foi imitado provisoriamente na posse do respectivo quinhão, a sua parte nos frutos e rendimentos.
- (C) Antes da partilha, o juiz, quando julgar conveniente, ordenará a conversão dos bens imóveis em títulos garantidos pela União, não havendo consenso entre os herdeiros para efeito de sua divisão.
- (D) Se durante a posse provisória surgir elementos que indiquem a época provável do falecimento do ausente, considerar-se-á, a partir de então, aberta a sucessão em favor dos herdeiros que o eram àquele tempo.

12.(FUMARC - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ MG)/REMOÇÃO/2012)

De acordo com o Código Civil Brasileiro, são consideradas pessoas jurídicas de direito público interno

- (A) as autarquias.
- (B) as fundações.
- (C) as organizações religiosas.
- (D) as pessoas regidas pelo direito internacional público.

13.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Considere as seguintes afirmativas a respeito do domicílio da pessoa natural:

- I. Tem como regra geral o lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- II. Considera-se também como domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- III. Se houver exercício da profissão em lugares diversos, o local da contratação constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- IV. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013 (E MAIS 4 CONCURSOS)

No Brasil, depois de 1988, é sob a perspectiva dos direitos que se afirma o Estado e não sob a perspectiva do Estado que se afirmam os direitos. Há, assim, um Direito brasileiro pré e pós-88 no campo dos direitos humanos.

Em relação às Constituições brasileiras, NÃO é correto afirmar:

- (A) A Constituição Federal de 1988 acolhe o princípio da indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.
- (B) A Constituição Federal de 1988 não foi a primeira a inserir os direitos sociais no catálogo de direitos fundamentais.
- (C) As normas sobre os direitos sociais, nas Constituições brasileiras, antes de 1988, encontravam-se dispersas no âmbito da ordem econômica e social.
- (D) As Constituições anteriores à de 1988, primeiramente, tratavam do Estado, para, somente, então, disciplinar os direitos. Ademais, eram petrificados temas afetos ao Estado e não a direitos.

2.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/DIREITO/2013)

A tendência moderna é de elaboração de Constituições analíticas ou prolixas, repletas de normas pormenorizadas, sobre as mais diferentes matérias. Esse inchamento das Constituições fez com que a doutrina estabelecesse uma classificação, levando-se em conta a estrutura normativa do Texto Magno.

Sobre os chamados “elementos da Constituição”, é CORRETO afirmar:

- (A) Elementos limitativos: são os que se acham substanciados nas normas que estabelecem regras de aplicação das normas constitucionais, assim, o preâmbulo, o dispositivo que contém as cláusulas de promulgação, as disposições constitucionais transitórias e as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais que têm aplicação imediata.
- (B) Elementos orgânicos: que se contêm nas normas que regulam a estrutura do Estado e do poder, que se concentram, predominantemente, nos seguintes Títulos: Da Organização do Estado; Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo; Das Forças Armadas e da Segurança Pública e Da Tributação e do Orçamento.
- (C) Elementos socioideológicos: que se manifestam nas normas que consagram o elenco dos direitos e garantias fundamentais.

(D) Elementos formais de aplicabilidade: consagrados nas normas destinadas à solução de conflitos constitucionais, à defesa da Constituição, do Estado e das instituições democráticas.

3.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)
A Constituição de um país é definida como sendo:

I. o conjunto de comandos normativos elaborado e votado pelo Poder Legislativo, mediante processo ordinário, que estabelece competências no âmbito federal, estadual e municipal.

II. a lei fundamental do Estado, que visa organizar os seus elementos constitutivos, como a formação dos poderes, as formas de Estado e de governo, a separação de poderes e as limitações ao exercício do poder político.

III. o diploma legal que estabelece os direitos, as garantias e os deveres dos cidadãos, além de determinar as competências relativas à edição de normas jurídicas, legislativas ou administrativas.

IV. o conjunto de leis, cuja elaboração é de competência exclusiva da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, na forma e nos casos previstos pela própria Constituição.

A partir das definições acima, pode-se AFIRMAR que

- (A) apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- (B) apenas a afirmativa II está correta.
- (C) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (D) as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

4.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

A Constituição é um conjunto sistemático e orgânico de normas que visam concretizar os valores que correspondem a cada tipo de estrutura social. Assim sendo, em sentido material, pode-se conceituar um texto constitucional como

- (A) um ato unilateral do Estado, cuja fonte tem origem na sua estrutura organizacional, no seu sistema e na sua forma de governo.
- (B) um conjunto normativo, que visa regular os poderes do Estado, incluindo sua formação, sua titularidade, seus meios de aquisição e seu exercício.
- (C) um texto produzido exclusivamente por determinadas fontes constitucionais, tendo por base preceitos legais, que lhe são anteriores.
- (D) um conjunto de princípios que expressam concepções decorrentes de valores morais, sociais, culturais e históricos, que asseguram os direitos dos cidadãos e condicionam o exercício do poder.

5.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Foram disposições acrescentadas no art. 5º da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional n. 45, de 2004, EXCETO:

- (A) A todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (B) As normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- (C) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- (D) Os tratados e as convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

6.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

Quanto à aplicação das normas constitucionais no tempo e no espaço, pode-se considerar que

I. o princípio da recepção é observado no momento da revisão constitucional e da emenda à Constituição, enquanto que a conexão das normas constitucionais com as normas conflitantes ocorre sempre que o conflito entre elas se estabeleça no caso concreto.

II. as disposições constitucionais passíveis de desconstitucionalização são aquelas de natureza formal que não dispõem sobre a natureza material, enquanto que na conexão as regras materiais terão sempre de ser mediatizadas pelas regras de conflito.

III. a revogação de normas constitucionais ocorre a partir da distinção entre inconstitucionalidade originária e inconstitucionalidade superveniente, devendo ser aplicada tanto em situações advindas da Constituição nova como também daquelas oriundas de uma revisão constitucional.

IV. a derrogação do direito anterior se verifica sempre que a nova lei contiver disposições de caráter formal e material que versem sobre assuntos restritos à consagração de direitos e às limitações ao poder de governar.

Partindo de tais considerações, é CORRETO afirmar que

- (A) apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (B) apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (C) apenas a afirmativa IV é verdadeira.
- (D) as afirmativas I, II, III e IV são falsas.

7.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013 (E MAIS 4 CONCURSOS)

A República Federativa do Brasil tem como fundamentos, EXCETO:

- (A) a cidadania.
- (B) a soberania.
- (C) o pluralismo político.
- (D) a prevalência dos direitos humanos

8.(FUMARC - TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRATIVA/2013 (E MAIS 4 CONCURSOS)

Constituem objetivos da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- (A) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (B) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) Erradicar as desigualdades sociais e regionais e reduzir a pobreza e a marginalização.
- (D) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

9.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013 (E MAIS 23 CONCURSOS)

A Constituição Federal de 1988 inova ao realçar uma orientação internacionalista no campo dos princípios que regem o Brasil em suas relações internacionais.

Tal orientação está contida nos seguintes princípios, EXCETO:

- (A) Não intervenção.
- (B) Autodeterminação dos povos.
- (C) Prevalência dos direitos humanos.
- (D) Repúdio ao terrorismo e ao racismo.

10.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ADMINISTRAÇÃO/2013 (E MAIS 23 CONCURSOS)

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a

- (A) soberania.
- (B) não intervenção.
- (C) independência nacional.
- (D) igualdade entre os Estados.

DIREITO PENAL

1.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

Em relação às Teorias do Delito, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A antinormatividade, de acordo com Zaffaroni, consiste em se averiguar a proibição através da indagação do alcance proibitivo da norma, não considerada de forma isolada, e sim conglobada na ordem normativa.
- (B) A culpa imprópria está presente na discriminante putativa, nela, o agente dá causa dolosa ao resultado, mas responde como se tivesse praticado crime culposo, em razão de erro evitável pelas circunstâncias.
- (C) No dolo direto, o agente quer efetivamente produzir o resultado, ao praticar a conduta típica, e no dolo indireto, o agente não busca com sua conduta resultado certo e determinado, subdividindo-se em dolo alternativo e eventual.
- (D) De acordo com a teoria objetiva-formal, há tentativa, quando o agente, de modo inequívoco, exterioriza sua conduta no sentido de praticar a infração penal.

2.(FUMARC - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC MG)/2014)

Quanto aos princípios constitucionais de natureza penal, NÃO é correto o que se afirma em:

- (A) As penas no Brasil têm caráter preventivo e retributivo.
- (B) A obrigação de reparar o dano produzido pelo crime não pode se estender aos familiares do preso, sob forma de sucessão.
- (C) O princípio constitucional da responsabilidade pessoal significa que a pena não pode passar da pessoa do condenado.
- (D) O princípio da proporcionalidade significa que a pena deve ser proporcional ao crime, ou seja, guardar equilíbrio entre a infração praticada e a sanção imposta.

3.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Acerca dos princípios que limitam e informam o Direito Penal, é CORRETO afirmar:

- (A) A responsabilidade pela indenização do prejuízo que foi causado pelo crime imputado ao agente não pode ser estendida aos seus herdeiros sem que haja violação do princípio da personalidade da pena.
- (B) Conforme o princípio da culpabilidade, a responsabilidade penal é subjetiva, pelo que nenhum resultado penalmente relevante pode ser atribuído a quem não o tenha produzido por dolo ou culpa, elementos finalisticamente localizados na culpabilidade.
- (C) O princípio da insignificância funciona como causa

de exclusão da culpabilidade, sendo requisitos de sua aplicação para o STF a ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação e a inexpressividade da lesão jurídica.

(D) O princípio da legalidade, do qual decorre a reserva legal, veda o uso dos costumes e da analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes, embora permita a interpretação analógica da norma penal.

4.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/DIREITO/2013)

Em relação à interpretação da norma penal, é CORRETO afirmar:

- (A) O Direito Penal veda o uso da interpretação analógica em desfavor do réu.
- (B) O resultado da interpretação da norma penal necessariamente será declarativo.
- (C) A interpretação autêntica vincula o entendimento dos demais intérpretes e operadores do Direito Penal.
- (D) A interpretação gramatical ou literal é a única admitida em matéria penal em relação às normas penais incriminadoras.

5.(FUMARC - INVESTIGADOR DE POLÍCIA (PC MG)/2014)

Sobre a Lei Penal, é CORRETO afirmar que

- (A) não retroage, salvo para beneficiar o réu.
- (B) não retroage, salvo se o fato criminoso ainda não for conhecido.
- (C) retroage, salvo disposição expressa em contrário.
- (D) retroage, se ainda não houver processo penal instaurado.

6.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

NÃO é um elemento do tipo culposos de crime:

- (A) Conduta involuntária.
- (B) Inobservância de dever objetivo de cuidado.
- (C) Previsibilidade objetiva.
- (D) Tipicidade.

7.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/DIREITO/2013)

São elementos caracterizadores da culpa inconsciente, EXCETO:

- (A) Inobservância do cuidado objetivo.
- (B) Comportamento humano voluntário.
- (C) Produção de um resultado involuntário.
- (D) Assunção por parte do agente do provável resultado.

8.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)
Considerando-se a relação de causalidade, é incorreto afirmar que

- (A) o Código Penal adota a teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- (B) a superveniência de causa relativamente independente exclui o crime quando, por si só, produzir o resultado, podendo, entretanto, os fatos anteriores serem imputados a quem os praticou.
- (C) o agente que efetua disparo de arma de fogo contra outrem, atingindo-o e, arrependido, leva a vítima para o hospital, vindo esta a falecer, em razão de infecção hospitalar, responde pelo crime de homicídio consumado.
- (D) pratica crime comissivo por omissão, o delegado de polícia que, de forma indulgente, deixa de lavar auto de prisão em flagrante no qual o conduzido é seu vizinho.

9.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/DIREITO/2013)

Em qual fase do inter criminis ocorre o arrependimento eficaz do agente?

- (A) Na fase dos atos preparatórios.
- (B) Depois de encerrada a fase de execução e antes da consumação.
- (C) Durante a realização dos atos executórios e antes da consumação.
- (D) Durante a realização dos atos preparatórios e antes do início da execução.

10.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)
Com relação ao iter criminis, é CORRETO afirmar:

- (A) No crime falho ou na tentativa imperfeita, o processo de execução é integralmente realizado pelo agente e o resultado é atingido.
- (B) Não existe desistência voluntária no caso de agente que desiste de prosseguir com os atos de execução por conselho de seu advogado, já que ausente a voluntariedade.
- (C) Com relação à tentativa, o Código Penal adota, como regra, a teoria objetiva e aplica ao agente a pena correspondente ao crime consumado, reduzida de um a dois terços, conforme maior ou menor tenha sido a proximidade do resultado almejado.
- (D) O arrependimento posterior tem natureza jurídica de causa de exclusão da tipicidade, desde que restituída a coisa ou reparado o dano nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça até o recebimento da denúncia ou queixa.

11.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)
Com relação às causas de exclusão da ilicitude, é CORRETO afirmar:

- (A) Astrogildo colocou cacos de vidro, visíveis, em cima do muro de sua casa, para evitar a ação de ladrões. Certo dia, uma criança neles se lesionou ao pular o muro da casa de Astrogildo para pegar uma bola que ali havia caído. Nessa situação, ainda que se tratando da defesa de um perigo incerto e ou remoto, a conduta de Astrogildo restaria acobertada por excludente da ilicitude.
- (B) No caso de legítima defesa ou estado de necessidade de terceiros, é imprescindível a prévia autorização destes para que a conduta do agente não seja ilícita.
- (C) Caio, lutador de boxe, durante uma luta em que seguia as regras desportivas, atinge região vital de Tício, causando-lhe a morte. Ante a gravidade da situação fática, a violência não encontra amparo em nenhuma causa de exclusão da ilicitude, devendo Caio responder pela morte causada.
- (D) Nos moldes do finalismo penal, pode a inexigibilidade de conduta diversa ser considerada causa suprallegal de exclusão de ilicitude.

12.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)
Com relação à culpabilidade e suas teorias, é INCORRETO afirmar:

- (A) A teoria normativa pura, a fim de tipificar uma conduta, desloca a análise do dolo ou da culpa para o fato típico, transformando a culpabilidade em um juízo de reprovação social incidente sobre o fato típico e anti-jurídico e sobre seu autor.
- (B) O Código Penal vigente adota a teoria limitada da culpabilidade, pela qual as discriminantes putativas incidentes sobre a existência ou os limites de uma causa de justificação sempre são consideradas erro de proibição.
- (C) São elementos da culpabilidade, tanto para a teoria normativa quanto a limitada, a imputabilidade, a consciência potencial da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.
- (D) Segundo a teoria psicológica idealizada por Von Liszt e Beling, a imputabilidade é pressuposto da culpabilidade, fazendo o dolo e a culpa parte de sua análise. Por sua vez, as teorias normativas, seja a extremada seja a limitada, excluem o dolo e a culpa de sua apreciação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Sobre o ato de indiciamento realizado no âmbito de investigação criminal conduzida por delegado de polícia, é CORRETO afirmar:

- (A) É realizado mediante o mesmo grau de certeza de autoria que a situação de suspeito.
- (B) Não é ato exclusivo do delegado de polícia que conduz a investigação.
- (C) Não poderá o delegado de polícia retratar sua posição e “desindiciar” o investigado.
- (D) Resulta de um juízo de probabilidade e não de mera possibilidade sobre a autoria delitiva

2.(FUMARC - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Considerando que o Inquérito Policial é um procedimento de natureza administrativa em que não se pode falar em partes stricto sensu, já que não existe uma estrutura processual dialética, sob a garantia do contraditório e da ampla defesa, com fulcro no enunciado retro, é CORRETO afirmar:

- (A) É facultada ao advogado do investigado a participação irrestrita a todos os atos do inquérito policial, sob pena de nulidade que maculará a posterior ação penal.
- (B) No inquérito policial, temos necessariamente duas partes stricto sensu, em razão de sua estrutura processual dialética, sob a garantia do contraditório e da ampla defesa.
- (C) Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- (D) Por sua própria natureza, o procedimento do inquérito policial deve ser inflexível, em obediência a uma ordem pré-determinada e rígida que norteia tal procedimento.

3.(FUMARC - ANALISTA DA POLÍCIA CIVIL (PC MG)/ SOCIOLOGIA/2013)

O inquérito policial pode ser considerado como um instrumento multifacetado, uma vez que dele participam, direta ou indiretamente, diversos atores de diferentes instituições do sistema de justiça criminal.

Em relação a esses atores, NÃO é correto afirmar:

- (A) O advogado é o principal ator do processo penal, do qual participa ativamente. Sua ação também é percebida no inquérito policial em várias situações: quando da necessidade de empreender medidas que afetam as liberdades e garantias individuais, quando da autorização para a dilação de prazos na investigação, nos despachos, dentre outros.
- (B) O delegado é o presidente do inquérito policial. A ele cumpre dirigir a atividade investigativa. Entre as suas funções estão: a elaboração da portaria, a condução do flagrante, a tomada de depoimentos e a elaboração do relatório final que encerra o inquérito.
- (C) O perito é o responsável pela produção das provas objetivas que irão compor o inquérito. Nos crimes de homicídio, ele é o profissional responsável pelo estudo do cadáver realizado na cena do crime, bem como pela coleta de indícios materiais que contribuam para a identificação de uma possível autoria.
- (D) O promotor é o profissional tido, legalmente, como o responsável por iniciar a ação penal. Ele pode requisitar, inclusive, a iniciação do inquérito policial, além das diligências que julgar pertinentes.

4.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

Sobre o inquérito policial é INCORRETO afirmar:

- (A) Tem valor probante relativo.
- (B) Todas as provas produzidas devem ser repetidas sob contraditório.
- (C) Vícios do inquérito não nulificam subsequente ação penal.
- (D) O investigado pode requerer diligências.

5.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

Não é condição geral ou especial da ação penal:

- (A) O pedido.
- (B) A legitimidade das partes.
- (C) A entrada do agente no território nacional em caso de extraterritorialidade da lei penal.
- (D) A requisição do Ministro da Justiça.

6.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Em matéria de competência, é CORRETO afirmar que a competência por prerrogativa de função estabelecida

(A) em relação a deputado federal não prevalece sobre a competência da justiça eleitoral para julgar crimes eleitorais.

(B) em relação a desembargadores não prevalece sobre a competência da justiça eleitoral para julgar crimes eleitorais.

(C) em relação aos juízes de direito não prevalece sobre a competência da justiça eleitoral para julgar crimes eleitorais.

(D) no art. 29, X, da Constituição Federal não prevalece sobre a competência do tribunal do júri.

7.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

Em matéria de provas no processo penal, é CORRETO afirmar:

(A) A absolvição independe de o acusado provar o alegado.

(B) A declaração de ilicitude de uma prova necessariamente implica nulidade absoluta de todo o processo.

(C) A prova testemunhal não poderá ser determinada de ofício pelo juiz.

(D) Não há contaminação da prova quando ficar evidenciado seu nexo causal com a prova originária.

8.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

) Acerca da prova da materialidade através de perícia (desconsiderando-se a possibilidade de prova da materialidade por exame de corpo de delito indireto ou prova testemunhal), relativamente aos crimes de furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa (CP, art. 155, §4º, I), de furto qualificado pela escalada (CP, art. 155, §4º, II), de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum (CP, art. 155, §4º-A), de incêndio (CP, art. 250), e de explosão simples e privilegiada (CP, art. 251, caput e §1º), é INCORRETO afirmar:

(A) A materialidade do crime de furto qualificado pela destruição de obstáculo à subtração da coisa se comprova nas hipóteses em que o laudo pericial, além de descrever os vestígios, indique com que instrumentos, por que meios e em que época presume-se ter sido o fato praticado.

(B) A legislação processual penal não exige a realização de perícia para a comprovação da materialidade do crime de furto qualificado pela escalada.

(C) Para comprovar a materialidade do crime de incêndio, os peritos verificarão a causa e o lugar em que este houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio, a extensão do dano e o seu valor, bem como as demais circunstâncias que interessarem à elucidação do fato.

(D) Para que incida a circunstância qualificadora prevista no art. 155, §4º-A, do CP (crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum), os peritos devem analisar a natureza e a eficiência dos instrumentos empregados para a prática da infração.

9.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2018)

No que tange à perícia oficial e em acordo com o CPP, é CORRETO afirmar:

(A) É facultada ao acusado a indicação de assistente técnico, após admissão pela autoridade policial.

(B) Entende-se por perícia complexa aquela que abrange mais de uma área de conhecimento especializado.

(C) Faculta-se ao Ministério Público e ao assistente técnico do querelante a formulação de quesitos a qualquer tempo do inquérito policial.

(D) Na falta de perito oficial, qualquer contribuinte poderá exercer o mister, desde que não inadimplente com impostos públicos, e que seja admitido pelo delegado de polícia presidente do inquérito.

10.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

Sobre a prova pericial é INCORRETO afirmar:

(A) O exame de corpo de delito deverá ser assinado por 2 (dois) peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.

(B) O exame de corpo de delito poderá ser realizado qualquer dia e horário, inclusive aos domingos.

(C) A autópsia será realizada, em regra, 6 (seis) horas após o óbito.

(D) Nas perícias de laboratório, os peritos guardarão material suficiente para a eventualidade de nova perícia.

11.(FUMARC - DELEGADO DE POLÍCIA (PC MG)/2011)

Sobre a prova no processo penal brasileiro é INCORRETO afirmar:

(A) A prova sobre o "estado das pessoas" deve observar restrições estabelecidas na lei civil.

(B) A confissão deve ser cotejada com outros elementos de convicção.

(C) A narcoanálise constitui método para obtenção de informações úteis à moderna investigação policial.

(D) O juiz pode determinar a realização de prova mesmo antes de iniciada a ação penal.